

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.323 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2001

**PMDB**



Maguito indagou qual é a "banda podre" denunciada por integrantes do PSDB

## Maguito e Fogaça expõem diferenças sobre governo

Maguito Vilela voltou a pregar distanciamento do PMDB em relação ao governo. José Fogaça adverte que eleitor não entenderá a atitude de "ser e não ser governo".

PÁGINA 7



Fogaça entende que, diante da crise, o PMDB não pode abandonar o governo

**INFRA-ESTRUTURA**

**Projeto incentiva energia renovável**

PÁGINA 4

## Votação da LDO marca pauta desta semana no Congresso

Primeira sessão para analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista para amanhã, às 16h30, no Plenário da Câmara dos Deputados. A outra deve ser iniciada às 14h de quarta-feira

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2002 deve marcar esta semana no Congresso. A primeira sessão com esse objetivo foi convocada pelo presidente do Congresso, senador Jader Barbalho, para amanhã, às 16h30. A

outra deve ser iniciada às 14h de quarta-feira. As duas acontecerão no Plenário da Câmara dos Deputados. Na semana passada, os parlamentares da Comissão de Orçamento examinaram 578 destaques ao projeto original do governo.

PÁGINA 3



Estudantes de Brasília acompanham a sessão em que o Senado aprovou projeto que restringe o mecanismo da prisão especial

## Prisão especial fica restrita à garantia de segurança

Projeto que vai a sanção presidencial mantém oferecimento de condições de segurança e saúde a indivíduos que não podem ser encarcerados junto com presos comuns

PÁGINA 5

**CAE**

**Código institui igualdade do contribuinte com o fisco**

PÁGINA 3

# Comissão examina recondução de Brindeiro

A mensagem do governo indicando Geraldo Brindeiro para um terceiro mandato à frente da Procuradoria Geral da República será, depois de passar pela Comissão de Justiça, submetida à deliberação do Plenário do Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã, a partir das 10h, mensagem do Executivo submetendo à apreciação prévia do Senado a recondução de Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República. O relator da matéria, que terá votação secreta, é o senador José Agripino (PFL-RN). A mensagem será apreciada, depois, pelo Plenário do Senado.

Geraldo Brindeiro está no cargo desde junho de 1995. Se o seu nome for aprovado, será a segunda recondução à chefia do Ministério Público da União. Na semana passada, ele foi recebido pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. Ao final da audiência, o procurador disse que veio tratar dos trâmites da recondução.

Também deverá ser apreciado pela CCJ o projeto de iniciativa da Presidência que trata do trabalho temporário nas empresas urbanas e das relações de trabalho em empresa de prestação de serviços a terceiros. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no dia 6 de junho e ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator na CCJ é o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Durante a votação na CAS, o relator da proposta na comissão, senador Moreira Mendes (PFL-RO), comentou que o projeto vem ao encontro da modernização das formas de produção, dando maior agilidade a procedimentos administrativos. Ele acrescentou que entre as inovações está a dilatação do prazo de contratação temporária para até seis meses, prorrogáveis por mais três.

Também está incluído na pauta da CCJ, que é presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o projeto do Executivo que trata da instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal. Na quarta-feira, a CCJ se reúne novamente para analisar pauta que ainda está sendo definida.



SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2001

AGENDA

## PLENÁRIO

## 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

## PREVISÃO

## PLENÁRIO

## Terça-feira

## 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 46/01-Complementar, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; votação, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; Parecer nº 568/01 sobre a Mensagem nº 1/01, que submete à deliberação do Senado o nome de Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Parecer nº 601/01 sobre a Mensagem nº 122/01 e 416/01, submete à deliberação do Senado o nome de Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de dois anos; Mensagem nº 132/01, submete à deliberação do Senado o nome de André Mattoso Maia Amado para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Peru; PLS nº 132/97, autoriza a criação de distrito agropecuario no município de São Luiz do Anauá (RR); PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PDL nº 64/01, que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nisa Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nisa Floresta (RN).

## 16h30 — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação do PLN nº 4/01, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2002 (LDO). *Plenário da Câmara dos Deputados*

## Quarta-feira

## 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; Mensagem nº 134/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávia Moreira Sapha para exercer a função de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; Mensagem nº 135/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávia Moreira Sapha para, cumulativamente, exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Estado do Qatar; PR nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica; e PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União.

## 14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação do PLN nº 4/01, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2002 (LDO). *Plenário da Câmara dos Deputados*

## Quinta-feira

## 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 75/96, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre Brasil e França; e Requerimento nº 305/01, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 27/00, de sua autoria.

## Sexta-feira

## 9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

## COMISSÕES

## Terça-feira

## 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 247/00, solicita ao Senado autorização para contratação de crédito externo, com a contragarantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 180 milhões, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; Emenda nº 1, de plenário, oferecida ao PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; emendas de plenário nºs 6 e 7, oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

## 10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 653/99, altera a Lei nº 9.432/97, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem; e PLS nº 127/96, cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

## 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 155/01, submete à apreciação do Senado o nome de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República; PLC nº 3/01, altera dispositivos da Lei nº 6.019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; PLC nº 52/01, dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial, na forma e condições que especifica; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## 11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 105/96 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 154/97 e 105/96), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLS nº 144/99, dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, e estabelece sanções pelo seu descumprimento; PLS nº 15/99, altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei 2848/40 (Código Penal), e o artigo 75 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLS nº 51/01, dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

## 14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação do relatório final sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) relativo ao período de 2000 a 2003. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

## 16h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposição dos governadores Itamar Franco, de Minas Gerais; Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul; Jaime Lerner, do Paraná; e Almir Gabriel, do Pará. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

## 17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 143/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Viegas Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação

da Rússia; e Mensagem nº 144/01, submete à apreciação do Senado o nome de Cesário Melantônio Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto a República Islâmica do Irã. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

## Quarta-feira

## 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição, modificada pela MP nº 1.774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; PLS nº 157/99, altera o parágrafo 2º e acrescenta o parágrafo 3º no art. 542 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## 15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

## 18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

## Quinta-feira

15h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática  
Pauta: exposição do diretor da Rede Globo e cineasta Daniel Filho, do vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic), Evandro Guimarães, e do diretor da Conspiração Filmes, Leonardo Barros. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## CAE discute amanhã Código do Contribuinte

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina amanhã, a partir das 10h, o projeto de lei de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte. O projeto, que já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pretende "estabelecer uma relação de igualdade jurídica do cidadão-contribuinte com o fisco", segundo seu autor. A proposta tem como relator na CAE o senador Bello Parga (PFL-MA).

O código em discussão impede que sejam excluídos dos benefícios fiscais e créditos oficiais e da participação em licitações públicas os contribuintes com débito fiscal, mas que estejam contestando judicialmente esse débito. Prevê, também, que o contribuinte nessa situação



Bornhausen defende igualdade jurídica entre o contribuinte e o fisco

ou que tenha recorrido ao parcelamento de débitos com o fisco poderá exigir deste certidão negativa, caso necessite comprovar que está em dia com o recolhimento de impostos.

Argumenta Jorge Bornhausen, o Código do Contribuinte vai garantir o princípio de que os deveres e os direitos são mútuos, no se refere à relação entre o fisco e o contribuinte. A seu ver, nada será presumido negativamente contra um ou outro e o que for decidido a favor de um ou outro será feito mediante expressa indi-

cação dos fatos e motivada declaração do direito.

Outro projeto incluído na pauta da CAE, originário do Executivo, determina que parte dos recursos que a União obtiver com os royalties do petróleo seja desvinculada de despesas, entidades e fundos, ficando vinculada porém aos respectivos ministérios. Pela legislação vigente, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem que utilizar os recursos dos royalties no amparo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico

aplicados à indústria de petróleo. O Ministério de Minas e Energia é obrigado a aplicá-los em estudos e serviços de geologia e geofísica relacionados à prospecção de petróleo e gás. Já o Ministério do Meio Ambiente tem que aplicar os recursos que recebe de royalties em estudos voltados para recuperação de danos ambientais causados pelo petróleo.

A comissão vai apreciar também a proposta do Executivo solicitando autorização para contratar uma operação de crédito com o Banco Mundial, no valor de US\$ 180 milhões, destinados ao financiamento do Gasoduto Bolívia-Brasil. Os recursos serão aplicados no desenvolvimento de um mercado doméstico para o gás natural, diversificando a matriz energética, de modo a atender a crescente demanda de energia na Região Centro-Sul do país.

## CFC analisa auditorias do TCU e Banco do Brasil

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) tem reunião marcada para as 18h desta quarta-feira, quando os senadores deverão apreciar uma pauta com diversos ofícios e avisos de informação de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Banco do Brasil.

O relator da auditoria realizada pelo TCU na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), pede maiores informações ao tribunal. Também relatório elaborado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) sobre auditoria efetuada na Prefeitura Mu-

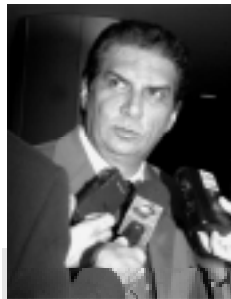
nicipal de Capela (SE) deverá ser objeto de mais esclarecimentos, se for aprovada a recomendação da relatora.

Já a auditoria feita nas contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), enviada pelo Banco do Brasil, deverá ser remetida ao Plenário para deliberação, conforme relatório apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Todos os outros comunicados têm sugestão de encaminhamento ao arquivo. O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ainda deverá incluir outras proposições na pauta até o dia da reunião.

## Congresso deve votar a LDO nesta semana

Projeto acolhido pela Comissão Mista de Orçamento manteve a previsão de superávit primário de R\$ 31,69 bilhões, proposto pelo Executivo



Jader convocou sessões para amanhã e quarta-feira

O presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho, convocou os deputados e senadores para duas sessões conjuntas esta semana,

destinadas à apreciação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2002. A primeira será amanhã, às 16h30. A outra está prevista para quarta-feira, às 14h.

Na semana que passou, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), dedicou-se ao exame da matéria que agora está pronta para votação pelo Congresso.

Os parlamentares da comissão avaliaram 578 destaques ao projeto original do governo e rejeitaram a redução do superávit

### OS NÚMEROS DA PROPOSTA

Os parlamentares da comissão avaliaram 578 destaques ao projeto original do governo.

578

Rejeitaram a redução do superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros da dívida pública) mantendo a proposta original do governo de

R\$ 31,69 bilhões



primário (receitas menos despesas, excluindo juros da dívida pública) mantendo a proposta original do governo de R\$ 31,69 bilhões.

### OPOSIÇÃO

A redução do déficit era uma das principais solicitações feitas pelos partidos de oposição, além de receitas para elevação do salário mínimo, dos vencimentos dos funcionários públicos e da instituição do imposto sobre grandes fortunas. Tudo foi re-

jeitado pela comissão.

O substitutivo da relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que acabou sendo aprovado, prevê, no entanto, um valor de R\$ 6 bilhões para a margem de expansão das despesas obrigatórias, o que, eventualmente, poderá ser utilizado para os fins citados acima.

O projeto da relatora mantém a meta fiscal e as taxas de juros, de câmbio, da inflação e do Produto Interno Bruto (PIB) previstos pela equipe econômica.

## Comissão debate revisão do PPA

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) concluiu semana passada o relatório final sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) relativo ao período 2000 a 2003, proposta pelo Poder Executivo. O parecer do senador será examinado amanhã, a partir das 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento.

A revisão do PPA tenta corrigir erros cometidos na utilização da base de dados do programa. Jonas



Jonas Pinheiro já concluiu relatório final sobre a matéria

Pinheiro concordou com a exclusão de 593 ações, que não teriam continuidade no período de 2001 a 2003 e foram listadas incorretamente, e também com a inclusão de 398 novas ações que, também por lapsos, deixaram de ser indicadas.

O relator achou mais prudente rejeitar praticamente todas as emendas propostas pelos parlamentares. Por uma questão prática, conforme expli-

cou, ele preferiu que as emendas sejam rerepresentadas quando o novo texto do PPA, já com a revisão final, for enviado pelo Executivo ao Congresso, o que ocorrerá no próximo dia 2 de agosto.

Foram acatadas apenas as emendas que propunham o remanejamento entre ações de programas coordenados por um mesmo órgão e não alteravam a distribuição regional dos recursos orçamentários para investimentos.

Na mesma reunião, a comissão deverá apreciar também novos pedidos de crédito suplementar ao Orçamento da União.

## Plenário vota concurso para tribunais de contas

O Senado deve votar hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição com que o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) deseja mudar a forma de nomeação dos conselheiros dos tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O parlamentar propõe que o ingresso nesses tribunais se dê também por concurso

público, como acontece nas carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Em defesa da proposta, Álvaro Dias destaca a dimensão conferida ao concurso público pela Constituição promulgada em 1988. Em sua opinião, esse critério de seleção se caracteriza pela impessoalidade e moralidade, sendo imprescindível na nomeação de servidores para ocupar cargos efetivos da administração pública.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre decretos legislativos



Concurso se caracteriza pela impessoalidade e moralidade, lembra Álvaro Dias

referentes à renovação de licença para o funcionamento de nove emissoras de rádio.

# Infra-Estrutura analisa estímulo a energias renováveis no país

Proposta de iniciativa do senador Edison Lobão, que será examinada em caráter conclusivo, institui programa de desenvolvimento das energias termossolar e eólica

Projeto de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Programa de Incentivos a Energias Renováveis será examinado amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A matéria tramita em caráter terminativo e tem relatório favorável do relator na comissão, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A proposta de Lobão, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pretende promover o desenvolvimento das energias termossolar e eólica, possibilitando a criação de cooperativas de produtores e usuários, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

— Para um país com abundância de luz solar, não faz sentido relegar ao descaso a energia solar que tem um impacto ambiental baixo e que pode ser usada em regiões isoladas e carentes — argumenta Lobão.



Para Lobão, não faz sentido relegar ao descaso a energia solar



Dutra apresentou parecer favorável ao projeto

A CI analisa ainda, também em caráter conclusivo, projeto que altera a Política Nacional de Recursos Hídricos, desonerando o uso de água de rios para matar a sede de animais, para a piscicultura e para a irrigação de propriedades que tenham no máximo dois módulos rurais. O relator, senador Arlindo Porto

(PTB-MG), recomenda a aprovação da proposta, apresentada pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). O senador José Eduardo Dutra apresentou um relatório alternativo, pela rejeição do projeto.

Presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG), a comissão deve analisar ainda relatório da

senadora Heloísa Helena (PT-AL) favorável ao projeto de lei que altera as regras para operação de embarcação estrangeira na navegação fluvial e de cabotagem no Brasil. Para o autor do projeto, as regras atuais desincentivam a indústria naval brasileira, por serem liberais ao permitir o aluguel de barcos estrangeiros.

## Mudanças na Lei de Entorpecentes em discussão

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 10h, para apreciar uma pauta de 37 itens, entre eles substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) ao projeto de lei da Câmara que trata da prevenção e repressão ao tráfico de dro-



Ricardo Santos: usuário deve ser tratado como enfermo social

gas e do tratamento a ser dispensado ao usuário. Uma das alterações propostas pelo relator é a qualificação do usuário como enfermo social. A legislação atual prevê pena de prisão, indistintamente, para o usuário e o traficante.

Será discutido também projeto que proíbe a suspensão do repasse de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar aos municípios que não cumprirem o prazo de prestação de contas do programa, durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo prefeito. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o projeto tem voto favorável do relator, senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

A comissão analisa, ainda, projeto que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças pelas emissoras de rádio e televisão. O projeto, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), tem voto favorável do senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), com emendas sugeridas por outros senadores. A votação terá caráter terminativo.

## Subcomissão de Cinema se reúne na quinta-feira

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática realiza audiência pública para debater as perspectivas e a interação entre televisão e cinema nesta quinta-feira, às 15h. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Educação, tendo como presidente o senador Freitas Neto (PFL-PI).

Entre os convidados, estão o diretor da Rede Globo e cineasta Daniel Filho, e o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica, Evandro Guimarães.

## Teotônio dedicará sua atuação ao problema energético

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), que deixou recentemente a presidência do seu partido, anunciou que irá eleger a água e a energia elétrica como prioridades em sua volta à atuação parlamentar. Ele citou projeto de sua autoria, apresentado em 1990, que define políticas de atuação no setor energético, já aprovado pela Câmara dos Deputados e de volta ao Senado, com algumas alterações.

Teotônio lembrou que na justificativa do projeto enumera o planejamento integrado da produção e uso de energia, o investimento em novas tecnologias, a busca de fontes alternativas renováveis e não-poluíntes, e a reavaliação das condições com que o país produz e consome energia como alguns dos caminhos que o Brasil precisa seguir.

Na avaliação do senador, o país precisa de mudanças substantivas tanto na oferta como na demanda de energia elétrica. No que diz

respeito à demanda, ressaltou que há baixíssima produtividade e grande desperdício no consumo, lembrando que os produtos brasileiros consumidores de energia gastam o dobro do que seus similares em outros países.

— A modernização tecnológica de nossos produtos consumidores de energia elétrica é imprescindível e urgente, para que possamos estabelecer um novo e mais racional patamar de consumo, sem comprometer nosso progresso ou nossa qualidade de vida, preservando o meio ambiente, em proveito também das gerações

futuras — afirmou.

Teotônio elogiou a população brasileira que, atendendo ao pedido do governo “por espírito cívico”, reduziu o consumo de energia, atingindo, já no primeiro mês, índices muito próximos da meta estabelecida. O senador disse que agora cabe ao poder público criar soluções para a crise de energia.



Teotônio Vilela Filho é autor de projeto que define políticas para o setor

## Governadores falam sobre efeitos da crise

Os governadores de Minas Gerais, Itamar Franco; do Paraná, Jaime Lerner; do Pará, Almir Gabriel; e do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, deverão comparecer amanhã, às 10h, à comissão mista que estuda a crise de energia no país, para falar sobre os efeitos dessa situação em seus

respectivos estados.

Em outra reunião, marcada para quinta-feira, às 9h30, os parlamentares integrantes da comissão tomam o depoimento dos empresários Antônio Ermírio de Moraes e dos presidentes de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Santos, e da Eletrobrás, Cláudio Ávila da Silva.

## CRE examina indicação de embaixadores

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), sabatinam, em reunião marcada para amanhã, às 17h30, os diplomatas José Viegas Filho e Cesário Melantônio Neto, indicados pelo presidente da República para chefiarem as missões diplomáticas brasileiras na Rússia e no Irã, respectivamente.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) é o relator da mensagem presidencial que indica Viegas Filho para a embaixada em Moscou e o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) é o relator da indicação de Melantônio Neto para a embaixada em Teerã. De acordo com o Regimento Interno, depois da sabatina pública, os pareceres são votados secretamente.

## Senadores viajam à Rússia em busca de maior parceria

Os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Roberto Requião (PMDB-PR) e José Fogaça (PMDB-RS) viajaram no final de semana, juntamente com outros parlamentares latino-americanos, para uma visita de cinco dias a Moscou e a São Petersburgo, onde irão discutir a possibilidade de estabelecer maior cooperação comercial, científica e tecnológica entre a Federação da Rússia e os países que integram o Mercosul.

Os senadores, que compõem a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, foram convidados a visitar a Rússia pela Duma — o Parlamento russo.

## Fernandinho Beira-Mar depõe em comissão



Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, prestará depoimento na CPI do Roubo de Cargas nesta quarta-feira, em sessão marcada para as 15h.

A comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem por finalidade apurar o aumento do roubo de cargas em todo o país e investigar a lavagem de dinheiro e o desmanche de caminhões promovidos pelas quadrilhas envolvidas nesse tipo de crime.

Com o depoimento de Fernandinho Beira-Mar, a CPI tentará esclarecer quais as relações entre o roubo de cargas e o narcotráfico estabelecidas no país, bem como o possível destino das cargas e caminhões roubados.

# Aprovado projeto que limita vantagens da prisão especial

Projeto que vai a sanção presidencial mantém direito de o preso especial ser transportado separadamente e recolhido a local distinto

A extinção de privilégios garantidos pela prisão especial foi aprovada na sexta-feira, em turno único, pelo Plenário do Senado. De autoria do Poder Executivo, o projeto acrescenta dispositivos ao Código de Processo Penal, restringindo o conceito de prisão especial à garantia de condições de segurança, saúde e dignidade humana a indivíduos

que, em razão das funções exercidas, não podem ser encarcerados junto com presos comuns. A matéria, que tramitou em regime de urgência, segue agora para sanção presidencial.

Entre os beneficiários da prisão especial, por exemplo, estão os policiais militares, que tiveram esse direito garantido

por emenda aprovada na Câmara dos Deputados. Ao analisar o mérito da emenda, o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), hoje licenciado, observou que “negar aos policiais militares o direito à prisão especial equivaleria a instituir a pena de morte para



Roberto Freire reconhece avanço, mas quer fim da prisão especial

## Repasse de recursos para comitês olímpicos vai a sanção

O Plenário aprovou em turno único, na sexta-feira, substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que destina aos comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro parte dos recursos arrecadados em concursos de prognósticos, loterias federais e similares.

A proposta será encaminhada agora à sanção do presidente da República.

Essas entidades desportivas devem passar a receber 2% da arrecadação bruta desses concursos, deduzindo-se o montante destinado aos prêmios. Enquanto o Comitê Olímpico terá direito a 85% desse volume arrecadado, o Comitê Paraolímpico receberá os 15% restantes. Em relação à aplicação desses recursos, 10% deverão ser investidos em desporto escolar e 5% em desporto

universitário, estando os repasses sujeitos a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

RADIODIFUSÃO Nove projetos de decreto legislativo (PDLs) também foram aprovados pelo Plenário do Senado, devendo ser promulgados pelo presidente do Senado, senador

Jader Barbalho. Desse total, oito aprovavam ato de autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária nos municípios de Irapuru (SP), Pendências e Taipu (RN), Belo Campo (BA), Nova Venécia (ES), Correia Pinto (SC), Autazes (AM) e Diamantina (MG). Apenas um PDL trata da aprovação de ato de outorga de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlos Barbosa (RS).



Pedro Piva é o autor do substitutivo aprovado pelo Plenário

tais pessoas”.

As únicas benesses mantidas pela proposta referem-se ao direito de o preso especial ser transportado separadamente e recolhido a local distinto dos demais presos provisórios e comuns. O texto aprovado também prevê que a cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, desde que atendidos os requisitos de salubridade do ambiente, garantidos por fatores como ventilação, temperatura adequada e incidência da luz solar.

Ao avaliar o projeto que altera o regime de prisão especial, o senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou a proposta “um avanço”, mas ressaltou que o privilégio foi mantido, suprimindo-se apenas algumas regalias. Ele lembrou a tramitação na Casa de projeto de sua autoria que extingue em definitivo o instituto da prisão especial.

## Maguito presta homenagem a José Godoy

Por iniciativa do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o Plenário aprovou, na sexta-feira, voto de pesar pela morte do escritor e poeta goiano José Godoy Garcia. Falecido aos 83 anos, vítima de parada cardíaca, Godoy deixou, segundo Maguito, uma lacuna na vida cultural de Brasília, onde residia desde 1957, e do Brasil.

“José Godoy sempre exercitou uma doçura extrema no estilo de sua obra”, comentou o senador, afirmando que a morte do escritor goiano causou grande comoção no meio intelectual brasileiro. Na rápida retrospectiva sobre a vida pessoal e trajetória profissional de José Godoy, Maguito recordou o ingresso do poeta na literatura em 1943, o que lhe rendeu a publicação de cinco livros, e sua participação no Partido Comunista Brasileiro (PCB). O senador Roberto Freire (PPS-PE) expressou seu apoio ao voto de pesar.

## Biografia de Pedro Simon é lançada na quarta

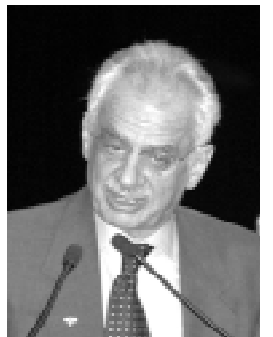
Será lançado na próxima quarta-feira, às 18h30, na biblioteca do Senado, o livro *Quem é Pedro Simon – Uma Biografia*, do jornalista Luiz Gutemberg. Em 216 páginas, Gutemberg mescla os textos em que narra fatos históricos com testemunhos e opiniões do senador gaúcho a respeito dos episódios, contendo revelações sobre Teotônio Vilela, Tancredo Neves, José Sarney, Itamar Franco, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Jango, entre outras personalidades.

O livro aborda mais de 50 anos da vida brasileira e a atuação de seus protagonistas que, direta ou indiretamente, foram observados ou estavam em cenas de que também participou o senador. Uma seleção de momentos da trajetória de Simon — que já foi governador e ministro de Estado — explicará algumas de suas marcas mais curiosas, como a oratória teatral e onde e como a adquiriu.

Gutemberg adota o estilo “biografia monitorada”, uma proposta do pesquisador inglês Theodore Zeldin, associando as emoções do jornalismo à objetividade dos dados históricos incontestáveis, e apresenta uma nova maneira de reviver episódios da história contemporânea brasileira.

O livro, segundo o texto de apresentação, “é vacinado contra o pecado original das biografias: trata de um ser real, no mundo real. Não importa se Pedro Simon faz o bem ou o mal (com boa ou má intenção), mas o que ele fez, faz e pensa. Não se trata de uma sentença, condenando-o ou absolvendo-o”. Ainda de acordo com o texto, Simon não é um figurante da vida brasileira, mas protagonista de importantes episódios.

O jornalista Gutemberg trabalhou no *Jornal do Brasil*, na revista *Veja*, na Rede Bandeirantes, no *José – Jornal da Semana Inteira* e é autor de vários romances, entre os quais *O Jogo da Gata Parida* e a biografia *Moisés – Codinome: Ulysses Guimarães*. A obra integra a Coleção “Biografias Monitoradas”, das Edições Dédalo.



Trajetória de Pedro Simon é narrada por jornalista



# Lobão critica o abandono das estradas federais

Para o senador, chegou o momento de o governo recuperar a malha rodoviária, que no Maranhão não recebe manutenção há 13 anos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) voltou a condenar o estado de abandono em que se encontram as estradas federais brasileiras. Para ele, é chegado o momento de o governo recuperar a malha rodoviária nacional, avaliada em cerca de R\$ 150 bilhões. Do contrário, observou, o próprio ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, no futuro poderá vir a ser acusado de omissão.

Tal é o abandono das estradas federais, frisou o senador, que há 13 anos o governo não realiza nenhuma manutenção nas rodovias localizadas no Maranhão. Essa é a razão de protestos como o dos caminhoneiros, que anunciam uma grande paralisação do tráfego nas



Lobão lembrou que a malha rodoviária nacional é avaliada em cerca de R\$ 150 bilhões

principais estradas do estado, com o objetivo de pressionar o governo a liberar recursos para a conservação das rodovias, acrescentou.

O ministro dos Transportes, de acordo com Lobão, reconhece o estado de deterioração das estradas, tendo chegado a afirmar que

“não dá mais para não investir na malha federal, sob pena de o país parar”.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão, informou o senador, também está preocupado com a destruição das estradas e pede a imediata recuperação das BRs 316 e 135, com a reconstrução da sub-base, base, revestimento, recapeamento asfáltico e sinalização horizontal e vertical.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) estranhou a insensibilidade do governo diante do verdadeiro caos em que se encontram as rodovias brasileiras e lembrou que muitas famílias estão morrendo nas estradas.

## Freitas Neto cobra vontade de enfrentar desníveis regionais

O senador Freitas Neto (PFL-PI) manifestou na sexta-feira seu ceticismo em relação às conseqüências da transformação das extintas superintendências do desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) em agências. Para o senador, apesar de a Constituição federal determinar o combate às desigualdades regionais, inexistem políticas públicas voltadas para a luta contra os desníveis que atornentam regiões inteiras.

— O problema maior, a persistência das desigualdades, não está nem nunca esteve na Sudene. Não estará também na existência de uma

agência. O que importa é a vontade política de se promover redução dessas desigualdades — afirmou.

Para o senador, a posse de Ramez Tebet como ministro da Integração Nacional pode ser uma oportunidade para reflexão a respeito das funções e do futuro desse ministério. Freitas Neto acredita que extinguir a Sudam e a Sudene foi um ato resultante das acusações sobre irregularidades nos dois órgãos.

— O procedimento nesses casos só pode ser um: apurar e, caso constatados abusos, punir. Se havia distorções, provavelmente não seria



Freitas Neto: faltam políticas contra as desigualdades

difícil corrigi-las — comentou.

O senador frisou que a Sudene prestou serviços inestimáveis ao Nordeste. Segundo ele, foram os recursos provenientes de dotações orçamentárias e de incentivos fiscais que possibilitaram o desenvolvimento da região. “Mais de 50% da receita de ICMS do Nordeste provém de empresas que contaram com incentivos da Sudene. Houvesse maior volume de recursos e teríamos conseguido muito mais”, disse.

## Mauro pede liberação de recursos para Entorno do DF

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou agilidade na liberação de R\$ 8 milhões para a Região do Entorno do Distrito Federal. Os recursos, apesar de previstos no orçamento deste ano, ainda não foram liberados. “Essa verba está fazendo muita falta para que os inúmeros problemas da região possam ser abrandados”, observou.

A Região do Entorno foi formalizada por meio de lei complementar promulgada em 1998 e envolve uma



Mauro informa que verbas estão fazendo falta à região

área de 55,5 mil quilômetros quadrados, com população de 2,7 milhões de habitantes. São 22 municípios — 19 goianos e três mineiros — cuja população, basicamente urbana, sofre de carências típicas das regiões metropolitanas. Além do atendimento a essas necessidades mais

urgentes, sustenta Mauro Miranda, é necessário planejar o desenvolvimento econômico da região.

Mauro comemorou a adesão de instituições públicas e privadas ao

programa Universidade Solidária, que vem mobilizando estudantes e professores para ações educativas em áreas carentes do entorno. São elas a Universidade Federal de Goiás, o Centro Universitário de Brasília, a Universidade Católica de Brasília, a Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade de Brasília, a Universidade Católica de Goiás e a Universidade Estadual de Goiás.

PMDB

No mesmo pronunciamento, o senador registrou a realização do encontro regional do PMDB goiano, em Formosa.

## Geraldo Cândido defende a revitalização do Rio São Francisco

A realização de estudo minucioso na bacia hidrográfica do Rio São Francisco foi defendida em Plenário pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Ele considera imprescindível a adoção de providências que viabilizem a navegabilidade do rio, revitalizem suas margens,



Geraldo Cândido pede um estudo minucioso da situação do São Francisco

ampliem seu volume e melhorem a qualidade de suas águas, garantindo a pesca em seu leito.

— O governo federal deve priorizar a recuperação do rio, a sua revitalização, pois precisamos fazê-lo reviver seus dias originais de esplendor, sem assoreamento, sem depredações, podendo cumprir seu destino de alimentar uma grande parte da população — disse Cândido.

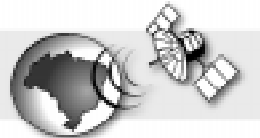
O senador informou que a população ribeirinha tem acompanhado o desaparecimento do pescador ao longo do Rio São Francisco, que traz como conseqüência a redução dos níveis de renda para os que vivem da pesca. Entre os fatores determinantes da escassez de peixes, está a construção de represas para a geração de energia, o que reduziu o volume natural das águas, com a formação de bancos de areia. Segundo o senador, por essa razão, os pescadores estão entrando com ações judiciais contra a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco — Chesf, em busca de indenização.

A gravidade do problema dos bancos de areia foi exemplificada por Geraldo Cândido com a situação registrada na cidade de Penedo, em Alagoas, a cerca de 42 quilômetros da foz, onde a profundidade do rio estaria na marca de 1,8 metro. Ele disse que a navegação naquele trecho está

bastante comprometida, principalmente para as embarcações de grande calado, que transportam cargas mais pesadas. “Para se ter uma idéia da magnitude do problema, as balsas que transportam veículos de Penedo para o estado de Sergipe e vice-versa fazem um percurso completamente fora de propósito, desviando-se dos bancos de areia e, com isso, tornando esse transporte oneroso, demorado e, mais grave, perigoso” relatou o senador.

Antes de iniciar o debate dos problemas do Rio São Francisco, o senador Geraldo Cândido ressaltou algumas das dificuldades que o Brasil enfrenta e têm sido discutidas no Plenário do Senado. “A tribuna parece um muro de lamentações, é violência urbana, impunidade, seca no Nordeste, péssima situação das estradas, questões de saúde do povo brasileiro, entre outros. É um rosário de lamentações que desfila aqui pela tribuna do Senado”, disse ele.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO HOJE

6h — Saúde/Unip — O sono  
6h30 — Agenda Econômica — O prof. Ildo Sauer fala sobre a crise energética  
7h30 — Entrevista — O sen. Roberto Saturnino fala sobre a crise energética e petróleo  
8h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade  
8h30 — Saúde/Unip — O sono  
9h — As Cores do Brasil — Turismo em Sergipe  
9h30 — Entrevista — O sen. Jefferson Péres fala sobre o fundo de desenvolvimento da Amazônia  
10h — Especial — Machado de Assis  
11h — As Cores do Brasil — Turismo na Paraíba  
11h30 — Idéias — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
12h — Especial — Equador  
12h30 — Entrevista — O sen. Roberto Saturnino fala sobre a crise energética e petróleo  
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — Agenda Econômica — O prof. Ildo Sauer fala sobre a crise energética  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

18h30 — Entrevista — O embaixador de Cuba, Jorge Lercano Pérez, fala sobre os 15 anos do Tratado Brasil-Cuba  
19h — Idéias — Os senadores: opiniões, discursos e novos projetos  
19h30 — Entrevista Especial — O sen. Pedro Simon e o jornalista Luiz Gutemberg falam sobre o livro: Quem é Pedro Simon  
20h30 — Entrevista — O sen. Roberto Saturnino fala sobre a crise energética e petróleo  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
14h15 — Senado Notícias  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — A Voz do Brasil  
20h — Música e informação  
22h — Senado Notícias — Edição da noite  
23h — Vozes do Século 20

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Fogaça: PMDB não pode ter conduta esquizofrênica

Senador gaúcho adverte que o eleitor peemedebista não entenderá a atitude de “ser e não ser governo” e, caso isso se mantenha, abandonará os candidatos do partido em 2002

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que o PMDB não pode continuar a abrigar políticos que defendem intransigentemente o governo ao lado de candidatos às próximas eleições de viés nitidamente oposicionista. “O eleitor do partido não vai entender essa conduta esquizofrênica e hamletiana de ser e não ser governo e abandonará nossos candidatos em 2002”, advertiu.

Para Fogaça, um partido político precisa, em primeiro lugar, definir um programa de ação governamental, um projeto para exercer o poder, antes de ficar lançando candidatos à Presidência da República. O nome do eventual candidato deve surgir numa segunda etapa, aceitando o programa consensual negociado dentro do partido, sustentou.

Ele aconselhou o líder do PMDB no Senado, senador Renan Calheiros (AL), e o presidente do partido, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a negociarem com os demais líderes dos partidos da base governamental um código de comportamento ético para harmonizar a responsabilidade de garantir a governabilidade do presidente Fernando Henrique Cardoso com seu compromisso de permanecer imparcial diante das várias candidaturas que podem sair dessa base.

Segundo Fogaça, no momento atual de crise do país, o PMDB não pode abandonar o governo de repente, depois de passar mais de seis anos apoiando quase incondicionalmente o presidente Fernando Henrique. “Seríamos responsabilizados



José Fogaça quer, antes do lançamento de candidatos, um projeto para exercer o poder

pela instabilidade que poderia acontecer”, alertou.

Em aparte, Maguito afirmou que o PMDB precisa, em primeiro lugar, ouvir suas bases partidárias antes de definir programa de ação e candidatura presidencial. O partido, disse, sofreu derrotas humilhantes

com as candidaturas Ulysses Guimarães e Orestes Quércia porque a cúpula escolheu nomes que as bases não queriam e, por isso, os candidatos foram abandonados. “Será na convenção de setembro que teremos a ocasião de saber como pensa e o que quer nossa militância”, afirmou.

Também em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu o direito do PMDB de preservar sua identidade. “Precisamos sustentar esse governo, votando a favor dos projetos de interesse da nação, caso contrário as eleições de 2002 podem até não acontecer. Nada impede, porém, que definamos desde já um nome e um programa de ação governamental, visando vencer as eleições” – declarou.



Jader contesta racha no PMDB e diz que decisões cabem à convenção

## Partido está firme e forte, afirma Jader Barbalho

“Firme, forte e, se bobear, faz o próximo presidente da República.” Foi assim que o presidente do Senado, Jader Barbalho, definiu na sexta-feira a situação atual do PMDB, falando na condição de parlamentar do partido e em resposta a questões levantadas por jornalistas sobre crise política na base de sustentação do governo.

Ele contestou as versões de que o PMDB estaria “rachado” e destacou que somente a convenção nacional, em setembro, poderá tomar qualquer decisão a respeito do lançamento de candidato próprio nas eleições presidenciais de 2002, bem como sobre a saída ou não do governo.

## Senador agradece manifestação de dom Jayme

O presidente do Senado, Jader Barbalho, enviou na sexta-feira carta ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jayme Chemello, agradecendo pelas declarações publicadas na edição daquele dia do jornal *Folha de S. Paulo*. Eis o texto da carta: “Registro meu agradecimento a sua manifestação de que não se pode condenar sem prova e antes é preciso provar.

Lamentavelmente, os fascistas e nazistas de todos os tempos, como Goebbels, imaginam que uma mentira dita mil vezes pode transformar-se em verdade.

Cristo foi crucificado sem provas; hoje, correria sério risco de ser condenado pelos fariseus e escribas.

Cordialmente  
Senador Jader Barbalho, presidente do Senado Federal.”

## Maguito desafia acusadores a apontar “banda podre”

O presidente do PMDB, senador Maguito Vilela (GO), foi novamente à tribuna na sexta-feira para defender seu partido. Ele indagou qual é a “banda podre” denunciada por integrantes do PSDB, “inclusive por um pré-candidato a presidente da República”.



Maguito diz que a maioria do partido quer se afastar do governo

Para Maguito, “é obrigação” de quem denunciou mostrar qual é a “banda podre” do partido, pois “o PMDB não quer conviver com ela”. Ele lamentou que seu discurso na véspera, quando pregou o desligamento do governo, tivesse sido desautorizado pelo líder peemedebista no Senado, Renan Calheiros (AL). – Talvez o líder não tenha lido ou ouvido o meu pronunciamento. O que fiz foi defender o meu partido – afirmou Maguito.

Em entrevista após o discurso, o senador afirmou ter estranhado a posição de Calheiros. De acordo com o presidente do partido, alguns líderes não estão ouvindo as bases e, talvez por esse motivo, o senador por Alagoas tenha dito que ele, Maguito, não falava em nome do PMDB.

Na entrevista, Maguito disse que 90% do partido quer se afastar do governo. Afirmou ter conversado sobre isso com todos os presidentes estaduais do PMDB, assim como todos os presidentes regionais do PMDB jovem.

– Quando faço um pronunciamento tão contundente como o de quinta-feira, tenho de estar respaldado – afirmou aos jornalistas.

Na tribuna, Maguito propôs que os integrantes do PMDB façam uma trégua nas acusações contra o presidente do Senado e seu antecessor na presidência do partido, Jader Barbalho. Lembrou que Jader “não saiu da capital, não saiu da Presidência do Senado e está pedindo para acelerarem as investigações, para responder uma a uma as acusações”. Segundo Maguito, o PMDB é solidário ao presidente do Senado porque não foi apresentada “nenhuma prova concreta contra ele”.

Apesar de pregar o imediato distanciamento do governo, Maguito observou que aceitará a vontade da maioria, a ser manifestada na convenção nacional do partido.

Em aparte, o senador Amir Lando afirmou que o partido “não pode ser mula de cargas, para carregar candidatos sempre em um papel secundário”. Já a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) ressaltou que o presidente do Senado “mostrou todos os documentos” para se defender das acusações. “É bom que se relate esse fato à nação brasileira”, frisou.

## Eduardo lembra compromisso com a estabilidade do país

Diante da posição do senador Maguito Vilela, que defendeu a saída do PMDB da base governista, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que o momento ideal para um partido decidir se mantém seu apoio ao governo ou se parte para a oposição é a convenção partidária, quando as bases do partido são ouvidas.

– Como partidos que dão sustentação ao governo, temos a responsabilidade de promover a estabilidade. As dificuldades devem ser resolvidas em convenção – defendeu Eduardo, lembrando que, em 1998, “em uma convenção tumultuada”, o PMDB decidiu apoiar a candidatura de Fernando Henrique.

Em nome da liderança do PFL, o senador elogiou o discurso de José Fogaça (PMDB-RS), por considerar sua posição equilibrada e coerente com a história do PMDB. Eduardo avaliou ainda que a opinião pública pode não entender o rompimento de um partido que apoiou o governo por tantos anos e, na reta final, “abandona o barco”.

– O PFL apoia o presidente Fernando Henrique Cardoso desde a primeira eleição, mas pode vir a adotar uma candidatura própria. Isso não faz com que o partido tenha que deixar de integrar a base de sustentação do governo e os seus



Eduardo sugere que dificuldades sejam resolvidas em convenção

cargos – afirmou.

Em aparte, Maguito disse que o seu partido não está obrigado a ficar indefinidamente ao lado de um governo que não corresponde mais aos anseios da população, e que o PMDB tem o direito de “caminhar com as próprias pernas”.

– O presidente não conduziu o país como deveria. Ele não poderia ouvir apenas o ministro da Fazenda, como fez todo esse tempo. Como vamos dar sustentação a um governo que prioriza o FMI em detrimento de seu povo? – questionou, acrescentando que o governo não investiu na área social e que as estradas estão mal conservadas.

Em resposta, Eduardo Siqueira Campos lembrou que o Ministério dos Transportes está desde o início do governo Fernando Henrique nas mãos de políticos do PMDB. Disse ainda que anunciar o rompimento com o governo é a forma mais fácil de ganhar as manchetes dos jornais, e que Maguito estaria motivado por divergências políticas em seu estado, que é governado pelo PSDB.

Os senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e José Fogaça apartearam Eduardo. Fogaça defendeu a necessidade de garantir estabilidade ao governo até o final, pois, salientou, nos últimos anos o PMDB não apoiou o PSDB, e sim o país.

# Brasil é um dos recordistas em morte de grávidas, alerta Marluce

Ocorrem no país 110 mortes por 100 mil partos, quando o máximo aceito pela Organização Mundial da Saúde é de 20 por 100 mil, observa a senadora ao pedir providências do governo

O Brasil figura atualmente entre os dez países que detêm os maiores índices de morte materna, conforme denunciou a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), em pronunciamento realizado sexta-feira no Plenário do Senado. O índice de morte de grávidas no Brasil, segundo a senadora, é de 10 a 20 vezes superior ao verificado nos países desenvolvidos.

Marluce fez um apelo ao presidente da República e ao ministro da Saúde, José Serra, para que liberem recursos e adotem ações a fim de reverter o quadro atual. Ela disse que o Brasil é signatário de vários acordos internacionais que previam a redução substancial daquele índice até o ano 2000, ressaltando que o governo brasileiro não cumpriu as metas acordadas.

Segundo Marluce, ocorrem atualmente no Brasil cerca de 110 mortes maternas por 100 mil partos. No Canadá – exemplificou – esse índice é de 4 mortes por 100 mil. O número máximo aceito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 20 mortes por 100 mil.

A senadora observou, ainda, que os dados usados pelo Brasil não são confiáveis, uma vez que o



próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) reconhece que 17% dos óbitos maternos não são declarados, e o Ministério da Saúde admite que 15% dessas mortes possuem causas mal definidas.

O alto índice registrado pelo Brasil nas mortes maternas, disse Marluce, é sustentado pela má qualidade da assistência pública oferecida às grávidas e também pela falta de pré-natal (acompanhamento médico da gestante durante os nove meses



Marluce apela ao ministro da Saúde e ao presidente da República

da gestação).

A utilização excessiva de operações cesarianas na rede pública hospitalar e o aborto feito em condições precárias, segundo Marluce, são responsáveis pela maioria das mortes de gestantes no país. No Brasil, cerca de um milhão de mulheres recorre anualmente ao aborto. Já a síndrome hipertensiva (conhecida também como eclâmpsia) – disse a senadora – responde por um terço das mortes maternas no Brasil, fato diretamente vincula-

do à má qualidade da assistência e à falta de pré-natal.

A maioria das gestantes brasileiras mortas, frisou Marluce, é formada por meninas menores de 15 anos de idade. Mais de 70% das mulheres mortas por problemas na gestação são solteiras, sendo que um terço vem de família com renda inferior a um salário mínimo. Mais da metade dessas mulheres é analfabeta ou cursou apenas os primeiros anos do primeiro grau e mais de 90% sofreram operação cesariana, efetuada na rede pública hospitalar.

Marluce considerou os índices da mortalidade materna no Brasil como “vergonhosos”, destacando que eles precisam cair radicalmente, nos próximos anos. Em seu pronunciamento, a senadora foi apartada pelos senadores Valmir Amaral (PMDB-DF) e Pedro Ubirajara (PMDB-MS), que a parabenizaram pela oportunidade do pronunciamento. Ubirajara, que é médico, reclamou da situação precária da rede hospitalar pública, que, disse, deixa os profissionais de saúde em situação muito difícil.

## Marina quer apoio para doente que se desloca

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu em Plenário, na sexta-feira, que doentes que precisem ser tratados em locais distantes de seus domicílios tenham seus gastos com viagem e hospedagem cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A senadora, que apresentou projeto nesse sentido aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), afirmou que, mensalmente, cerca de 600 doentes pobres se deslocam do Acre para outros estados em decorrência de tratamentos contra hepatite e câncer ou por problemas cardíacos ou ortopédicos.

Ela explicou que normalmente essas pessoas – provenientes do Acre, em torno de 7 mil por ano – viajam para realizar tratamentos complexos e necessitam de pelo menos um acompanhante, em especial se os doentes forem crianças ou deficientes físicos. Os gastos, assim, costumam dobrar.

– É uma situação social grave. Diariamente há pessoas que precisam viajar para outros estados e

ficam sem nenhuma assistência. O apoio do SUS não pode ficar apenas nos leitos dos hospitais – disse, lembrando que já passou por situação semelhante, quando, com apenas 19 anos e sem recursos, foi obrigada a viajar a São Paulo para tratamento médico. Em seu caso, porém, teve a sorte de encontrar ajuda de uma assistente social.

A senadora afirmou que, apesar de a representação de seu estado atualmente fornecer alguma assistência para quem se desloca a Brasília (DF), muitas pessoas acabam perambulando sem rumo pela cidade, não dispendo de meios para encontrar hospedagem e até alimentação.

Marina Silva defendeu que o SUS também viabilize meios para o deslocamento, hospedagem e alimentação dos acompanhantes, cumprindo assim seu papel social, previsto pela Constituição federal.



Marina: apoio do SUS fora dos hospitais

## Tião Viana lamenta ausência de médicos no interior do país

A escassez de médicos para socorrer a população do interior do Brasil voltou a ser lembrada em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele lamentou a ausência desses profissionais em mais de 1.200 municípios brasileiros e apelou para que o Ministério da Saúde, diante do fracasso de suas tentativas de atrair médicos para estados como Acre, Maranhão e Piauí, abra as portas para os estrangeiros interessados em atuar nessas regiões.

Segundo Tião Viana, apesar de o governo oferecer aos médicos salários de R\$ 4.500,00, com apoio à especialização e seguro de vida para suas famílias, o nú-

mero de profissionais brasileiros interessados em trabalhar em regiões carentes tem sido ínfimo. O senador disse que a formação médica é dissociada da realidade do país e incapaz de dar suporte humanista aos novos profissionais de saúde.

Tião Viana criticou o Conselho Federal de Medicina, que é contrário à abertura do Brasil para o trabalho de profissionais estrangeiros. O senador apontou para a eficiência e desprendimento dos médicos do programa familiar de Cuba, que, em parceria com o governo do Acre, chegaram a zerar a mortalidade infantil.

– O corporativismo do Conselho Federal de Medicina deve ser



Tião Viana: “Corporativismo do Conselho de Medicina deve ser limitado pela ética”

limitado pela ética. O Brasil não pode proibir que médicos estrangeiros que queiram trabalhar nas regiões periféricas atuem no país, diante do desinteresse de médicos brasileiros – disse.

Ele ressaltou que países como Venezuela, Peru e México têm programas de internato rural, que enviam médicos para regiões isoladas. Tião Viana afirmou que falta ao Brasil um novo Projeto Rondon, que leve para o interior médicos, dentistas e servidores sociais. “33%

dos municípios da Amazônia não têm médicos”, afirmou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lembrou que é autor do projeto que aumenta em um ano o tempo de formação dos profissionais de saúde, que trabalhariam, nesse período, no interior do país. Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que também no Rio de Janeiro há comunidades desassistidas e esquecidas pelo poder público, como o Complexo do Alemão e o Complexo da Maré.